

Debate quinzenal 10/12/2019 Quadro Financeiro Plurianual

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Estamos a entrar numa fase crítica das negociações relativas aos fundos comunitários pós 2020. Este é um tema fulcral para todo o país e que condiciona o nosso modelo de crescimento económico, de coesão social e de desenvolvimento territorial.

Por outro lado, o próximo Quadro Financeiro extravasa a presente legislatura. Por isso sempre procurámos, nesta matéria, alcançar um amplo consenso interno. E também por isso, face à essencialidade do que está em jogo, é vital que o Governo se apresente, em todas as instâncias europeias de



negociação, estribado não só num debate parlamentar franco e clarificador mas, desejavelmente, numa frente comum que congregue todos os partidos representados nesta Assembleia.

Por razões conhecidas, este novo Quadro Financeiro Plurianual insere-se num contexto de exigência acrescida, necessitando simultaneamente de acomodar o impacto do Brexit, de corresponder às prioridades na área da defesa, da segurança e das migrações, e de investir na transição para uma economia mais sustentável nos planos ambiental, social e tecnológico.

Ora, não podemos exigir mais da Europa, dando menos à Europa. Não podemos ir atribuindo mais tarefas à União Europeia sem aumentar as nossas contribuições e os seus recursos próprios. Caso contrário, a União Europeia continuará a prometer de mais e a realizar de menos. E isso afetará de forma muito perigosa a confiança dos cidadãos nas



instituições nacionais e europeias, o que só contribui para alimentar o populismo.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Portugal está nestas negociações com uma postura construtiva e empenhado em encontrar soluções. Insistimos sempre na necessidade de se alcançar um acordo atempado, essencial para permitir uma boa transição entre Quadros, que não comprometa o crescimento económico da Europa.

A primeira proposta, apresentada pela Comissão, era insuficiente.

A recente proposta da Presidência finlandesa, todavia, fica ainda mais aquém da dimensão necessária para que o Quadro Financeiro Plurianual possa cumprir os compromissos que a



União assume com os cidadãos europeus. Não tem em consideração as propostas da Comissão (1,114% do RNB da UE 27) e do Parlamento Europeu (1,3%), nem a posição da maioria dos Estados-Membros, conduzindo, inevitavelmente, a um confronto com a maioria no Conselho e a um conflito institucional com o Parlamento Europeu e com a própria Comissão.

Concretamente no que diz respeito a Portugal, a proposta da Presidência finlandesa implicaria um corte de 10% nos fundos da Coesão destinados ao nosso país. Outro aspeto especialmente gravoso consiste na alteração das taxas de cofinanciamento aumentando a pressão sobre os encargos do OE. Por todas estas razões, a proposta em causa, merece a nossa clara rejeição – e, estou certo, a firme rejeição de toda esta Câmara.



Convém recordar o que está em causa. São as mais de 14.000 modernização; apoiadas 35.000 empresas na sua trabalhadores em ações de formação nas empresas; mais de 400 equipamentos de apoio à infância; 118.000 estudantes bolseiros no ensino superior; de 330.000 aumento toneladas/ano na reciclagem a resíduos.

Como proposta de compromisso, defendemos que o Quadro Financeiro Plurianual 2021-27 deverá, pelo menos, manter a proporção do esforço que cada Estado-Membro já aceitou fazer há sete anos, isto é, 1,16% do RNB da UE-27. Defendemos também que novas políticas e iniciativas europeias requerem meios adicionais e, por isso, apoiamos a criação de novos recursos próprios.

Precisamos de um orçamento que corresponda às ambições europeias e à necessidade de investir mais em I&D, no combate às alterações climáticas, na transição digital, na cooperação com outros continentes, na segurança.



Mas a Política de Coesão e a PAC não podem ser as variáveis de ajustamento. São as políticas que mais contribuem para aproximar a Europa do dia-a-dia dos seus cidadãos. Pelo que, se é certo que precisamos de responder a novos desafios, convém não sacrificar aquilo que já provámos fazer bem, além do mais, porque estas políticas também contribuem para enfrentar os desafios do futuro.

Com efeito, devemos rejeitar o confronto simplista e redutor entre "novas" e "velhas" políticas. A PAC, e em particular o seu IIº Pilar, relativo ao desenvolvimento rural, tem um papel fundamental na luta contra as alterações climáticas e na garantia da biodiversidade. A coesão, por sua vez, é essencial na abordagem da transição digital, através do investimento nas qualificações e na modernização das empresas.

O caminho correto consiste, pois, em intensificar estas tendências. Assim, tal como a PAC tem evoluído no sentido de



uma maior preocupação agro-ambiental, também a Política de Coesão deve evoluir para a valorização dos seus principais destinatários: as pessoas. Para tal, é preciso ligá-la ao Pilar Social, tornando-a um instrumento central da resposta aos desafios demográficos, laborais e de inclusão com que as sociedades europeias se confrontam.

Deste modo, há que casar o objetivo de maior competitividade económica com o imperativo de coesão social, a fim de promover uma convergência real com a União Europeia. É esta política dos três Cs – competitividade, coesão e convergência – que deve nortear a ação das instituições europeias, e para a qual importa assegurar os necessários meios financeiros. Eis o desafio que temos pela frente. Nesta difícil negociação, continuo a contar com todos, em nome do interesse nacional.